

MUITO ALÉM DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO: **dificuldades e limitações da agricultura familiar**

Ezequiel Redin *

RESUMO

O trabalho objetiva apontar e analisar os principais entraves e dificuldades enfrentados pelos agricultores familiares de Arroio do Tigre/RS/Brasil, diante das atividades agrícolas exercidas com orientação para o mercado. As informações utilizadas referem-se às entrevistas com os agricultores que representam, grosso modo, uma generalização do local estudado. A análise baseia-se em descobrir e interpretar os diferentes elementos que coordenam o mercado agrícola e orientam as ações dos agricultores. O estudo possibilitou identificar os seguintes pontos: a) inexistência de uma efetiva atuação do preço mínimo; b) instabilidade do mercado; c) intempéries climáticas; d) alto custo da mão de obra contratada; e) problemas estruturais (tamanho da propriedade, infraestrutura e a posse da terra); e) dilapidação dos recursos naturais; f) legislação ambiental rígida; g) ausência da assistência

111

* - Tecnólogo em Agropecuária: Sistemas de Produção (UERGS) CREA RS 160488; Bacharel em Administração (ULBRA); Especialista em Gestão Pública Municipal (UFSM); Mestre e Doutorando em Extensão Rural (UFSM); Editor do Periódico Extensão Rural (Santa Maria); Membro da Academia Centro Serra de Letras; Membro da Rede Temática de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Tesoureiro da Associação Rio-grandense dos Tecnólogos (ARTECNOL).

técnica pública; h) disfunções dos programas estatais; e i) impossibilidade de oferta regular de produtos ou escala de produção. Os principais fatores apontados na pesquisa apresentam-se como limitantes na concepção dos produtores rurais, dificultando o ato de fazer agricultura e seu processo de desenvolvimento. Por fim, verifica-se que a instabilidade do setor agrícola evoca pela procura de estratégias menos vulneráveis, que apresentam o menor risco possível para a atividade.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Dificuldades. Atividade agrícola. Intervenção estatal.

112

MÁS ALLÁ DE LA PRODUCCIÓN Y COMERCIALIZACIÓN: problemas y limitaciones de la agricultura familiar

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo mostrar y analizar los principales obstáculos y las dificultades que enfrentan los agricultores familiares de Arroyo do Tigre/ RS/ Brasil, ante las actividades agrícolas llevadas a cabo con orientación para el mercado. Los datos utilizados se refieren a las entrevistas con los agricultores que representan más o menos una generalización de la zona estudiada. El análisis se basa en el descubrimiento y la interpretación de los diferentes elementos que coordinan el mercado

agrícola y orientan las acciones de los agricultores. El estudio identificó los siguientes puntos: a) la falta de una efectiva actuación del precio mínimo; b) la inestabilidad del mercado; c) el mal clima; d) alto costo de la mano de obra contratada; e) Problemas estructurales (tamaño de la propiedad, la infraestructura y la tenencia de la tierra), f) el agotamiento de los recursos naturales; g) La legislación medioambiental rígida; h) la falta de asistencia técnica pública; i) disfunciones de los programas estatales; j) incapacidad de oferta regular de productos o escala de producción. Los principales factores identificados en la investigación se presentan como una limitación en la concepción de los productores rurales, dificultando el acto de realizar agricultura y su proceso de desarrollo. Finalmente, se deduce que la inestabilidad del sector agrícola evoca por la búsqueda de estrategias menos vulnerables, que presentan el menor riesgo posible para la actividad.

113

Palabras claves: Agricultura familiar. Dificultades. Actividad agrícola. Intervención estatal.

BEYOND PRODUCTION AND COMMERCIALIZATION: difficulties and restrictions of family farming

ABSTRACT

This paper aims to point out and analyze the main barriers and difficulties faced by farmers of the Arroyo Tigre/ RS/ Brazil in the face of agricultural activities carried on with market orientation. The data used refer to interviews with farmers who represent roughly a generalization of the studied area. The analysis is based on finding and interpreting the different elements that coordinate the agricultural market and guide the actions of farmers. The study identified the following points: a) lack of an effective performance of the minimum price; b) market instability, c) bad weather; d) high cost of hired labor; e) structural problems (size of property, infrastructure and land tenure); e) depletion of natural resources; f) rigid environmental legislation; g) lack of public assistance; h) dysfunctions of state programs; i) the impossibility of regular supply of products or production scale. The main factors in the survey are presented as limiting factors in the design of the farmers, making the act of farming and its development process. Finally, it appears that the instability of the agricultural sector evokes the search

for strategies less vulnerable, which present the lowest possible risk to the activity.

Keywords: Family farming. Difficulties. Agriculture. Government intervention.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar na região sul-brasileira, especificamente na região central do Rio Grande do Sul, tem estratégias voltadas ao alcance do mercado, incluindo produção e comercialização de produtos agrícolas como o milho, soja, arroz, trigo e feijão. Além disso, a cultura do tabaco destaca-se na Região do Vale do Rio Pardo, estendendo por vários pontos do Estado. Os cultivos voltados para o autoconsumo anunciam, em parte, uma forma de garantir os alimentos básicos na dieta alimentar da família, de certo modo, contrapondo à tendência da especialização. Em determinados locais é evidente a diminuição das culturas para a subsistência; em outros, a tradição cultural prevalece e auxilia na consolidação das famílias agricultoras.

O trabalho objetiva apontar e analisar os principais entraves e dificuldades enfrentados pelos agricultores familiares de Arroio do Tigre/RS/Brasil, diante das atividades agrícolas exercidas com orientação para o mercado. A análise baseia-se em descobrir e interpretar os diferentes elementos que coordenam o mercado

agrícola e orientam as ações dos agricultores. A inserção foi realizada no município de economia tipicamente voltada para o setor primário caracterizado, grosso modo, por agricultores familiares com propriedades, girando em torno do módulo rural local, de 20 hectares. Existe, em certa medida, uma distribuição paritária entre alemães e italianos, processo oriundo da colonização do Rio Grande do Sul. Ainda complementam a etnia da região os negros e os portugueses. O local é destaque na produção de feijão (maior produtor do Rio Grande do Sul, em 2002) e de tabaco tipo Burley (maior produtor sul-brasileiro).

116

Nesse sentido, Redin (2011) identifica três tipos de estratégias para o município de Arroio do Tigre/RS, assim sendo: a) *estratégia de reprodução principal*: designa a cultura do fumo como a base estrutural das unidades de produção, servindo como principal orientação financeira e determinando a alocação dos fatores de produção e a presença (em maior ou menor grau) de outros sistemas de produção; b) *estratégia de reprodução complementar*: envolvem os produtos agrícolas voltados para a comercialização do excedente como o milho, trigo, feijão e soja (voltado somente para venda) e atividade de pecuária de corte e leite, em alguns casos. A principal função é servir como complementação de renda, consolidando e fornecendo segurança em eventuais dificuldades ou frustrações de safra da atividade principal;

c) *estratégia de reprodução básica*: tem característica voltada, principalmente, para o autoconsumo da família sendo em raros casos comercializados. Em determinadas propriedades, dependendo da contingência, pode existir uma transição entre a estratégia de reprodução básica e a complementar.

Locais tipicamente agrícolas, em maior ou menor grau, emergem as dificuldades do cenário agropecuário, expondo a vulnerabilidade das escolhas dos agricultores familiares diante da limitação de recursos, a influência dos fatores internos e externos a unidade de produção. Quando se trata de examinar e compreender o meio rural, em boa parte dos casos, aponta-se para problemas econômicos sobre a produção e comercialização que estão diretamente vinculados a agricultura. Na sistematização de Pinheiro e Carvalho (2003), os problemas da agricultura podem ser distribuídos em quatro: a) baixos rendimentos da atividade agrícola; b) da variabilidade dos preços e das produções; c) dos problemas estruturais; e d) dilapidação dos recursos naturais.

Para tanto, na investigação dos problemas mencionados pelos atores rurais, subsidiamos em experiências de campo, visitas, diálogos e entrevistas com vinte diferentes atores rurais (principalmente agricultores de tabaco), e a inserção como pesquisador-integrante. Com isso, foi possível sistematizar e discutir os problemas,

as dificuldades e impasses estabelecidos no rural local. Desse modo, as informações discutidas referem-se às entrevistas com agricultores que representam, grosso modo, uma generalização do local estudado.

2 LEVANTANDO DIFICULDADES E ANGÚSTIAS NA REALIDADE LOCAL

Em geral, na análise dos atores rurais, consideram como *problemas* circunstanciais ou de maior tenacidade às influências externas diante da impossibilidade do agricultor de ter condições palpáveis de controle, ao menos no curto prazo. Os elementos mais preponderantes avigoram para o fator clima e as imprevisibilidades do comportamento do mercado agrícola.

118

2.1 Preço mínimo e instabilidade do mercado

O fator econômico é uma peça importante na concepção dos agricultores para que o “ideal” seja atingido, se baseando em informações de preço do produto, o agricultor toma a decisão sobre a viabilidade de usar determinada atividade agrícola. Em uma visão pessimista, Abramovay (1998, p. 214) já alertava: “o besouro só voa porque ignora as leis da aerodinâmica: da mesma forma, se conhecesse teoria econômica, o agricultor abandonaria irremediavelmente sua atividade”. Por outro lado, os atores rurais ainda têm expectativas para a permanência no rural, incitando à melhoria de mecanismos de controle. O agricultor Edson

(52 anos) expõe a necessidade da existência de um preço mínimo garantido que minimize as dificuldades e os prejuízos na atividade. Em suas palavras:

Uma pesquisa que tinha que ser muito mais acompanhada, que acho que não está bem, é pesquisa do governo para acompanhar custo de produção com preço do produto. Nos últimos dois a três anos para cá, não está fechando. É muito alto o custo de produção do que vale o produto na hora de vender, agora baixou mais os insumos. Até porque é oferta e procura; e se tem produto e não tem preço, e o teu produto está ali, então seria uma das formas que era fácil era tirar o imposto dos insumos, isso era uma maneira muito fácil para produzir barato. Daí baixava bastante os insumos e nós poderíamos vender mais barato. Mas o governo não vai tirar os impostos e quantos bilhões ganham em cima dos insumos, que não produz nada sem colocar insumos. Então precisa colocar os adubos, a ureia, e daí dependem deles. Isso era uma coisa que precisava de um pesquisador para acompanhar, custo de produção com preço de produto e daí, na hora de vender, teria que ter a garantia de que, para você ter rendimentos positivos, você precisa ganhar tanto! Daí teria que ganhar R\$ 20,00, mas, na hora de vender, você ganha R\$ 14,00 e daí? Não tem *garantia*. Ano passado, na hora de plantar o milho, estava R\$ 22,00 e, na hora de vender, R\$ 14,00. Daí, quem precisava vender, que só tinha milho para vender, não tinha como esperar e daí, como é que fica? E agora que não tem milho, está R\$ 22,00. (Edson, agricultor, 52 anos).

Podemos observar, na declaração do agricultor, que a produção a custo baixo e garantia de preço mínimo são questões importantes para minimizar os riscos de uma safra. Concepção que, em certa medida, atenta para questões que estariam vinculadas às distorções produzidas pelas negociações do produto e a lei da oferta e demanda. A conjectura do mercado imperfeito provoca efeitos colaterais e negativos à atividade, expressa nas palavras do entrevistado, sendo reflexo das experiências com a atividade e de um posicionamento de defesa da remuneração mínima aos produtores. Talvez imponha a responsabilidade ao governo de assegurar, através da sua capacidade de intervenção, a reprodução das famílias no meio rural. A utilização da palavra *garantia* porventura indique que, para os agricultores voltados à comercialização, é premente que a produção de alimentos, por exemplo, seja assegurada pela função de manter a segurança alimentar da sociedade. Nesse contexto, suspeitamos que, de acordo com a fala dele, a segurança e o reconhecimento da capacidade produtiva dos agricultores devem ser valorizados e consubstanciados de auxílio do Estado às atividades agrícolas.

Percebe-se, haja vista o Programa de Garantia de Preços - por exemplo, o Prêmio para Escoamento de Produção (PEP), Cédula de Produtor Rural (CPR), Contrato de Opção de venda (COV) e outros, - instituído parece não

atender à realidade, devido às exigências de articulação e quantidade de produção, muito atípicas quando falamos de uma região voltada a agricultores com pequenas propriedades. Talvez esses instrumentos estejam aptos a regiões de maior escala de produção, como concluem Bel Filho e Bacha (2004) dizendo que a Região do Centro-Oeste é mais favorecida na Política de Garantia de Preços Mínimos para grãos, entretanto os estados da região Norte e Nordeste são desfavorecidos nessa mesma política. Complementando, os analistas asseguram que as causas dessa concentração por região e estados do uso da PGPM são, especialmente, o grau de instrução e a articulação política dos produtores, visando obter maiores vantagens do Estado.

121

Diante do desconhecimento dos instrumentos, da sua dificuldade de acesso, da falta de uma estrutura de apoio, isso fortalece a integração com as agroindústrias de tabaco, que, de certo modo, proporcionam facilidades aparentes ao agricultor sem necessidade de sair da propriedade. Portanto, a afirmação de Bresser-Pereira (1964, p.48) vigora de forma muito contemporânea: "O agricultor necessita de capitais para preparar a terra inculca, para que ela seja arada, adubada, semeada e eventualmente irrigada; de capitais para construir armazéns e silos em sua propriedade para comprar sementes, para financiar os salários e demais despesas até que a receita da safra

seja recebida”. O capital financiado pelas agroindústrias de tabaco, e agora, nos últimos anos, pelo maior acesso ao Pronaf¹ estão ditando as estratégias de reprodução de ciclo curto na agricultura. O Pronaf, voltado à produção de grãos, ainda não se sobressaiu com resultados significativos na possível substituição da cultura do tabaco pelas restrições ambientais e mercadológicas presentes (baixo valor dos produtos agrícolas). Provavelmente, diante de uma estrutura totalmente organizada como a do setor fumageiro, os agricultores tencionam certa acomodação perante a busca do mercado, uma vez que eles priorizam o ato da produção, tencionando um distanciamento cada vez maior com a procura de novos nichos de mercado para comercialização.

122

A investigação, fundamentada em conversas com os agricultores, permitiu-nos identificar alguns elementos que demonstram certo repasse de responsabilidade ao Estado, constituídos por argumentos sustentados nos problemas que se deparam no momento da comercialização, provocando, em alguns casos, resultados negativos durante o desenvolvimento do ano agrícola como, por exemplo, as flutuações de preço do produto citado,

1 - O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar e contribuir na geração de empregos e renda nas áreas rurais e urbanas, intencionando melhorar a qualidade de vida dos produtores familiares. As inúmeras linhas do Pronaf são: Custeio, Investimento, Agroindústria, Agroecologia, Eco, Floresta, Semiárido, Mulher, Jovem, Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Cota-Parte, Microcrédito Rural e Mais Alimentos.

pelo agricultor. O discurso parece orquestrado entre os agricultores, o Senhor Willian, falando das dificuldades no setor, aponta ideia idêntica, por exemplo, o feijão e após o milho: “Se você analisar o feijão. Quando está em falta, nós já vendemos a R\$ 150,00. Hoje está R\$ 70,00. Não tem um preço fixo. O milho é a mesma coisa: na safra estava a 12 reais. Agora que não tem, está a R\$ 25,00. Amanhã, depois você colhe, vem a R\$ 15,00”. (Willian, agricultor).

2.2 Intempéries climáticas e os mecanismos estatais

Quando não é o fator econômico, que se traduz em problemas aos agricultores, as intempéries climáticas apontam para as instabilidades na agricultura. Entre as falas dos agricultores sempre emerge a afirmação de que o sucesso da produção é dependente da natureza, quando mencionam: “Temos que depender muito do clima”. As mudanças climáticas no decorrer da safra podem colocar em risco a produção agrícola, por exemplo, pela ocorrência de temporais, granizos, vendavais, excesso ou escassez de chuva, entre outros. O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), apesar de suas limitações, pode amenizar os prejuízos quando se trata da produção de grãos, como o milho e o feijão, como aponta o Senhor Harley: “Por isso, hoje, a maioria do pessoal que financia as lavouras para garantir, em caso de perca

(sic), seca ou chuarada, pegam (sic) o Proagro". Pela concepção do agricultor, parece-nos que a busca pelo custeio nem sempre é pela necessidade expressiva de capital para o desenvolvimento da lavoura, mas por uma possível proteção diante das imprevisibilidades do clima. O agricultor explica-nos sobre o Proagro:

Nós fizemos o custeio para o milho e o feijão. Esse varia, se tu não tem Proagro, tu vai ter que pagar depois, caso der algum problema. Ele é contado em sacas de feijão ou de milho. Se está abaixo do preço você vai pagar a menos, paga o mínimo. E se ele for mais caro, daí tu vai pagar o valor que está na hora. É por saco! (Harley, agricultor).

124

A concepção está calcada, inicialmente, em uma forma de amenizar os potenciais prejuízos que, possivelmente, podem ser latentes no ano agrícola, afetando diretamente na produtividade e nos rendimentos finais. No entanto, o resultado final não está apenas atrelado ao clima, mas também à forma de gestão adotada no decorrer da atividade. As técnicas de produção, a disponibilidade de insumos, a correção e conservação do solo, o plantio e colheita no tempo ideal, o acompanhamento das pragas e doenças, etc., são importantes para obter resultados satisfatórios, no entanto, isso ainda não significa auferir lucros, pois depende diretamente do comportamento do mercado.

O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), que tem por objetivo garantir às famílias agricultoras, que acessarem o Pronaf Custeio ou o Pronaf Investimento em caso de baixa de preços no mercado, um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto². Segundo as asserções dos agricultores, parece não os favorecer diante de uma baixa repentina dos produtos agrícolas no mercado. Podemos arriscar, de acordo com suas falas, que o programa traz ao agricultor mais um problema a longo prazo, do que uma intervenção factível de solução durante o ano agrícola em que a família está necessitando. Sabourin (2007), sob a leitura de alguns analistas como Abramovay e Veiga (1999)³, Carneiro (1997)⁴ e Ibase (1999)⁵, afirma que as diversas avaliações reconhecem que o Pronaf, sob a forma de crédito individual ou de subsídio para equipamentos coletivos, beneficiou especialmente os agricultores familiares mais dotados de capital e melhor articulados com a rede bancária, essencialmente nos Estados do Sul.

2 - Para mais informações acesse o Portal do MDA:

<<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pgpaf>>

3 - ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Brasília: Fipe, Ipea Nacional, 1999. (Texto para Discussão, n. 641).

4 - CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, p.70-82, 1997.

5 - IBASE. **Avaliação dos programas de geração de emprego e renda**. Democracia Viva [revista], Edição Especial, 1999.

2.3 Mão de obra

Muitos analistas afirmam o potencial da agricultura familiar gerar emprego e renda no meio rural. Por outro lado, o Senhor Cléber aponta para a dificuldade da contratação de mão de obra externa:

A mão de obra manual hoje é impagável pelo preço cobrado, agora, se você pegar uma pessoa para trabalhar numa máquina, a comparação é outra. Hoje, se você trabalhar numa lavoura com o preço da mão de obra que está aí é inviável... É uma decepção, hoje você tem que pegar alguém contratado. Quando você precisa, ele não vem, daí o que resta é prejuízo, quando vem, ainda é muito caro. Hoje eles pedem R\$ 70,00 por dia. Ainda tem que buscar e dar comida. (Cléber, agricultor).

126

Os agricultores, geralmente, não prezam por manter um funcionário o ano todo na propriedade, pois, além dos custos trabalhistas, há períodos do ano em que a família consegue vencer tranquilamente as atividades agrícolas, processo característico da sazonalidade. Além do mais, existe a necessidade de disponibilizar um quarto para dormir e as três refeições diárias para o funcionário. Normalmente, em períodos de pico na colheita, os agricultores trabalham até altas horas da noite, o que acaba exigindo o pagamento de horas extras pelo contratado. Devido muitos não utilizarem o cartão ponto, quando o ex-funcionário ingressar em processo judicial,

em geral, os agricultores saem prejudicados. O receio e os altos custos, às vezes impagáveis, aliados à burocracia para a contratação da mão de obra, fazem com que os agricultores repudiem essa alternativa. Em boa parte dos casos, quando acontece, é a contratação por dia de trabalho, a qual se refere o depoimento do agricultor. Nesse momento, os trabalhadores rurais, percebendo a necessidade do agricultor, elevam o valor do seu trabalho, bem como cobram exigências como transporte, alimentação e local para pouso, se for por um período maior. Portanto, o alto custo do fator mão de obra pode ser determinante no momento do agricultor quantificar a atividade escolhida para a safra anual. Possivelmente, caso não existir a possibilidade de troca de trabalho, a família decide por diminuir o plantio ou mesmo evitar a atividade para prevenir futuras complicações no processo de colheita ou com a pessoa contratada.

127

2.4 Problemas estruturais e dilapidação dos recursos naturais

Os problemas estruturais envolvendo o tamanho da propriedade, infraestrutura e a posse da terra, são alguns dos muitos elementos inconvenientes que dificultam o trabalho das famílias agricultoras e a gestão de suas estratégias de reprodução. Muitas vezes, o agricultor não pode adotar um sistema de produção que gostaria devido às limitações na área de produção (extensão ou

declividade). A afirmação do agricultor pode auxiliar no esclarecimento dessa análise: “Nós não plantamos fumo porque gostamos”. Quiçá porque as restrições citadas impedem outras atividades agrícolas na propriedade, conjugadas com a alta rentabilidade da cultura por hectare. Quando agricultores não possuem terra, a propensão de abandonar a atividade pela decorrência dos constantes problemas enfrentados na agricultura é alta, exceto se as terras contratadas forem dos pais ou um complemento na escala de produção.

Outra questão está localizada internamente nas unidades agrícolas. Mesmo que alguns agricultores resistam em aceitar que a dilapidação dos recursos naturais são complicadores para a obtenção de uma boa produtividade final, pela sua passível responsabilidade, em certos momentos, os efeitos negativos de uma agricultura intensiva se tornam evidentes. Agricultores com maiores informações e assistidos pela assistência técnica pública têm muito claro as consequências de uma má utilização do solo, como aponta o Senhor Cléber:

O que acontece? Nosso agricultor, hoje, com o fumo, está mandando toda a terra embora, toda, eles estão baixando o nível do solo. As terras mais ladeiras, os agricultores estão desmanchando o cerro. Lavando tudo, as terras embora. Observa bem, a mecanização veio, onde cada um tem dois ou três tratores. Daí eles pegam o enleirador nas áreas declivosas e fazem

aqueles camalhões. A gota de água que sai lá em cima vai a mil lá para baixo e leva toneladas e toneladas de terra. E isso, nas minhas áreas de terra, você não vê! (Cléber, agricultor).

O processo de revolvimento do solo sempre foi apresentado como uma forma benéfica para o desenvolvimento das culturas. Por outro lado, repentinamente, pesquisas mostram que o Sistema Plantio Direto é a maneira de obter maior conservação e qualidade do solo propiciando resultados mais positivos.

2.5 Assistência técnica

A dualidade dos discursos promovidos pela assistência técnica provoca certo receio ao agricultor em abandonar determinadas práticas sem ter a certeza de que elas não afetarão a sua reprodução. Nesse contexto, a assistência técnica pública de Extensão Rural, dada sua primazia em atender o agricultor, não tem condições de promover uma ação personalizada a cada família no meio rural. Desse modo, muitas vezes, o agricultor da região de estudo valoriza as ações da assistência técnica privada, agregada aos contratos das fumageiras, apesar deles contestarem criticamente a ação de ambas. Na concepção dos agricultores, a assistência técnica é preponderante para as atividades no meio rural. Podemos observar isso nas palavras do agricultor Cléber: "Hoje eu digo, cada agricultor tem que ter um técnico formado dentro de

casa, no mínimo um técnico ou agrônomo próprio, não contratado. Pode ser contratado também, mas daí a despesa é muito alta". (Cléber, agricultor).

Observamos em propriedades, que são assistidas de perto pela assistência técnica pública, uma leve tendência de a renda ser mais diversificada do que em outras famílias agricultoras em que existe a dificuldade de acesso à propriedade, pela distância do meio urbano ou ainda pelas estradas ruins. Por outro lado, existe certa desconfiança em relação aos argumentos dos técnicos, principalmente dos orientadores de tabaco, ligados a agroindústrias fumageiras. O depoimento do Senhor Joaquim, agricultor, fica evidente:

130

Então, hoje nós temos nossos agrônomos e técnicos, uns ruins, que não entendem nada. Não é que o cara foi me dizer na rádio que de preferência que os agricultores peguem o solo, quando vão enleirar, que despejem o solo ? [...] Tu só imagina quando o agricultor fizer um camalhão dessa altura [altura do joelho] e despejar e você vai olhar, eu te mostro até do meu genro. É uma brincadeira rapaz! Esses técnicos não sabem de nada. Esses técnicos das empresas só querem saber de vender, vender adubo, vender veneno. Se a fumageira não recebe nenhuma arroba de fumo, eles não ficam brabo (*sic*). Eles já têm o negócio feito, o adubo já rendeu. (Joaquim, agricultor).

Na fala, o elemento confiança foi desconstituído pelo conhecimento do agricultor diante das técnicas de produção já socializadas e pela experiência que abdica do trabalho com a terra. Assim, a presença da desconfiança para com os técnicos (pessoas) é explanada por Giddens (1991, p.102) como: “[...] significa duvidar ou desacreditar das reivindicações de integridade que suas ações personificam ou demonstram”. O depoimento mostra um completo desagrado com a assistência técnica privada que visam, primordialmente, o cumprimento de metas como a venda de insumos agrícolas e quantidade de visitas, ações estas dirigidas e acompanhadas de perto pelas empresas que comercializam insumos, indiferente do setor. O discurso é amenizado diante da atenção personalizada, – por exemplo, da empresa de Tabaco –, na qual os agricultores são chamados pelo primeiro nome, escutados e atendidos parcialmente em suas reivindicações sobre o comportamento da empresa, do transportador, da presença do técnico, da entrega do insumo no tempo hábil, da venda do produto, entre outras. Apesar de algumas reclamações mobilizadas pelos agricultores, a assistência técnica privada ainda é vista como um diferencial na atividade do fumo sob a alegação de que as técnicas, geralmente, são conhecidas pelos agricultores e o importante é alguma informação nova ou uma indicação da agroindústria que possa fornecer maior qualidade ao produto, sendo que o reconhecimento

do seu trabalho pelo técnico também é um aspecto preponderante. O agricultor Edson complementa:

Ah! eles estão vendendo, mas se faltar uma coisa, eles estão aí, cada trinta dias estão aí, se está bom ou está ruim, se tem que fazer assim ou fazer assado. Se tu precisa [...] o cara já sabe tudo de cor, mas sempre tem uma coisa, como no caso do desbaixerar. Eu iria desbaixerar com dez dias, daí o técnico disse que não, porque a firma quer que faça isso com 21 dias, pois a empresa quer fumo maduro, então tem que ser daquele dia em diante. Eu não digo que muda muita coisa, mas cada 30 dias está aí, se está bom ou está na hora de fazer uma cobertura, está na hora de despontar [...]. Então, nessa parte está muito bom. (Edson, agricultor).

132

As palavras do agricultor refletem, em dois momentos, os modos de analisar a assistência técnica privada; expressando, num primeiro momento, o entendimento de que, em relação às técnicas de produção, manejo e conservação do solo, eles não atendem a expectativa dos agricultores. No segundo momento, podemos observar, na citação, a importância de que eles fornecem a sua função, um acompanhamento e, caso necessário, alguma informação, sendo esse o elo mais próximo que se estabelece entre a indústria do tabaco e as famílias agricultoras. Nesse sentido, a percepção dos atores rurais sobre a assistência técnica é aquela que, mesmo deficiente, vem à sua propriedade e estabelece vínculos, conhecendo

seus sistemas de produção. Diante da impossibilidade da Extensão Rural pública fazer o mesmo, pela deficiência de pessoal e recursos, em determinados momentos, existe uma comparação entre ambas no sentido de apontar a *privada* como mais presente e atuante, mesmo que incluída no contrato do fumo. A ausência da assistência técnica é apontada como um problema na agricultura, mas quando analisada sob a tangente do fumo é apontada como um fator motivacional que impulsiona a escolha do tabaco como estratégia de reprodução principal⁶.

2.6 Legislação ambiental

Outro problema contemporâneo, discutido nas agendas parlamentares, são as resoluções da Legislação Ambiental diante das possíveis complicações para a reprodução social dos agricultores. Tema altamente controverso, que envolve dois grupos distintos: a) os defensores de uma legislação ambiental flexível diante das restrições dos agricultores familiares; e b) os militantes da preservação das áreas ambientais remanescentes, incorporando restrições para a atividade agrícola. Nesse contexto, é necessária uma análise minuciosa de cada região, evitando generalizações que possam excluir muitas famílias da atividade agrícola, sem uma mínima perspectiva de

6 - Redin (2010), estudando o município de Jaguari/RS, aponta para uma migração para a cultura do tabaco como estratégia de reprodução econômica das propriedades familiares.

reprodução social, fato que acarretaria uma propagação de aspectos negativos e, possivelmente, uma tendência ao êxodo rural. Na visão dos agricultores, essa questão envolve, além de imposições de normas ou restrições, a conscientização do espaço em que desenvolvem a sua própria reprodução. Nas palavras de um agricultor entrevistado:

Eu estou com 34 anos sem derrubar uma árvore nativa. O que está de mato ali, está ali. Outra coisa: IBAMA não manda aqui, eu derrubo tudo se eu quero, mas aqui eu mando. E não vou pedir licença para desmatar. Eu não vou desmatar porque é um bem para mim, se você olha nossa colonada hoje, mandar empurrar tudo, as matas dentro da sanga, dentro das águas. Termina tudo, você não vê mais um sabiá, não vê mais uma pomba, aqui o jacu vem aqui comer milho aqui no forno, diariamente tratado, tudo ali! Nós temos que preservar as coisas. E esse mato, enquanto eu viver ,vai ficar assim. (Agricultor).

134

Observamos no depoimento do agricultor que a posse da terra, em sua percepção, parece fornecer o “direito” de fazer o que desejar com sua área. No entanto, a sua imposição enfática perante um órgão de fiscalização serve para afirmar que o desmatamento não acabará por uma obrigação externa mediante um aparato de leis, mas pela sua importância e consciência de que, destruir a mata existente em sua propriedade pode, futuramente,

acarretar consequências negativas a si próprio. Parece-nos uma concepção muito em voga, quando se trata de discutir as restrições externas diante das necessidades internas dos agricultores. Um ponto de vista como esse deve ser fortemente nuançado para que, nas futuras discussões sobre a legislação ambiental, não impere a reprodução social dos produtores e, muito menos, provoquem consequências negativas para a sociedade, tanto em relação ao desmatamento, como no possível abandono das atividades agrícolas pelas famílias.

2.7 Disfunção dos programas estatais

Notamos também que, além dos problemas destacados até o momento, as políticas de intervenção no meio rural, pretensiosamente necessárias e importantes, também estão causando certas disfunções na própria visão dos agricultores. O Pronaf tem uma linha de crédito denominada “Mais Alimentos⁷” em que possibilita ao agricultor fazer um investimento em infraestrutura, comprovando que suas atividades agrícolas são voltadas para a produção de alimentos. Na maioria dos casos, os agricultores buscam o investimento para aquisição de um

7 - O “Mais Alimentos” é uma linha de crédito do Pronaf que financia investimentos em infraestrutura da propriedade familiar. Contempla os seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, cana-de-açúcar, café, centeio, feijão, mandioca, milho, palmácea para produção de palmito, soja, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Para maiores detalhes está disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/principal/programa_mais_alimentos.

trator, sendo que já possuem um na propriedade ou sua área de produção não é adequada ao uso da máquina. Nas palavras do agricultor Willian:

[...] Eu não sou contra o Pronaf, em muitos casos ele ajuda. Se você tiver um investimento para fazer, ou seja, vai comprar uma coisa que você vai usar, um ferramenta ou outra coisa, ele é bom. O Programa Mais Alimentos é um exemplo que não está sendo bem aplicado. Aqui no Taquaral tem uns sete agricultores que tinham um trator bom e foram financiar um novo a R\$ 70.000,00. Esse programa seria para quem não tinha, mas para quem tem não vale a pena. Por exemplo, se eu tenho um hectare para trabalhar com o trator, o que me adianta investir R\$ 70.000,00 em um trator, se eu posso pedir para a Prefeitura que tem as máquinas e pago uma hora ou duas de trabalho vai me custar R\$ 150,00 ou R\$ 200,00 por ano. Só o preço da manutenção do trator você já faz a tua lavoura. (Willian, agricultor).

136

A visão desse agricultor retrata as disfunções dos programas estatais aplicados no sentido de impulsionar a produção de alimentos com a aquisição e investimentos em infraestrutura. Por um lado, o programa beneficia os agricultores que necessitam dos tratores para o desenvolvimento das culturas em que dispõem de áreas propícias para tal, mas, por outro, acaba sendo utilizado por aqueles que, somente pela existência do programa com juro mais acessível, investem esforços para comprar

uma máquina nova. Para exemplificar melhor, chegamos a uma propriedade localizada na Linha Santa Cruz, onde o agricultor, Senhor Josefino, fez questão de nos mostrar a sua mais nova aquisição: um trator com tração nas quatro rodas. A entrevista somente foi possível depois de nos mostrar o investimento que tinha realizado pelo Programa Mais Alimentos. Avistamos, mais acima, outro trator (ano 62) que ele já possuía na propriedade, assim foi inevitável a pergunta: “Mas você já não tinha outro trator?”. O agricultor respondeu nossa interrogação dizendo que a aplicação no ativo foi realizada no sentido de investir o dinheiro, porque em outros anos deixou aplicado em uma cooperativa da região, tendo uma experiência negativa, em que, até o momento, não tinha recebido o valor aplicado, devido a problemas financeiros da organização. Continuando a conversa com sua esposa, ficou-nos claro que o investimento era desnecessário, pois além de ter problemas para entrar no galpão (devido a tolda ser muito alta), o trator estava sendo usado apenas para buscar pasto. Entretanto, o agricultor logo justificou: “Mas no momento da colheita de fumo, ele vai ser importante, porque vamos ter dois tratores para puxar para o fumo para casa, além de que esse trator pode ser útil para fazer o camalhão e plantar soja e milho”. (Josefino, agricultor).

Notamos, na fala, a tentativa de evidenciar uma utilidade para o investimento realizado, entretanto, por suas expressões indecisas, percebemos que não estava muito confiante da utilidade da máquina nova. Em conversa sobre o assunto com um orientador técnico da área fumageira, que avistamos posteriormente e que trabalha com os agricultores, ele afirma: “Esse Programa Mais Alimentos vai ser o maior problema para a agricultura. Os vendedores de tratores ganham um percentual e fazem de tudo para concretizar a venda. Depois, os agricultores têm 10 anos para pagar um valor em torno de R\$ 9.000,00 por ano”. (Orientador técnico da área fumageira entrevistado). O discurso do representante técnico reflete a oportunidade que as indústrias de implementos agrícolas, principalmente de tratores, estão usando como forma de comercializar com um público que, até então, não seria o foco por causa de suas restrições financeiras. Alerta para a possível incapacidade de pagamento dos agricultores familiares, mesmo consubstanciados pela renda do tabaco, uma vez que uma safra agrícola frustrada complica severamente o fluxo de caixa das famílias agricultoras.

A análise, grosseiramente, não considerou que um trator por si só não realiza nenhuma atividade, caso o agricultor não disponha de equipamentos para desenvolvê-las como, por exemplo, o arado, semeadora, carretão,

escarrificador ou pulverizador, etc. Existe a necessidade (caso ainda não existir na propriedade) da aquisição desses equipamentos essenciais para o trabalho com a máquina, assim sendo, aumentando o grau de endividamento dos agricultores que acessaram o crédito. Grosso modo, o investimento realizado para o cultivo de alimentos acarretará um problema muito grande, haja vista que, se necessitasse, ser pago com a produção de grãos. A atividade fumageira será a responsável por abarcar os financiamentos concretizados pela decisão do agricultor em investir no ativo imobilizado.

Descolando de uma análise parcialmente econômica, possuir um trator novo para os agricultores implica reconhecimento, status, evolução e consolidação na atividade que desempenha. A aquisição da máquina ultrapassa a questão econômica, implicando elementos mais sociológicos que fornecem a justificativa para o ato. Notamos, nas comunidades, que, aos domingos no momento da missa, do tiro ao alvo, do jogo de dama ou eventuais datas comemorativas, alguns agricultores preferem dirigir-se ao local de trator, em vez de em seus próprios carros (quando o possuem). Nas relações entre os agricultores, a preponderância do "ter" está sobrepassando o "ser". Geralmente, os agricultores que possuem mais bens (terras e máquinas) são considerados mais eficazes e consolidados, indiferentemente do tamanho da dívida

que herdaram com as instituições financeiras. Encontramos esses elementos na fala do Senhor Edson, quando afirma: “Eu tenho pouca terra, tenho meu tratorzinho, minha casa, minhas instalações, não tenho muito, mas o que tenho é meu, não devo nada para ninguém, como os grandes produtores aí”. O depoimento mostra a diferença entre os agricultores, ditos consolidados, perante os agricultores em consolidação ou menos expressivos. Em boa parte dos casos, os problemas econômicos emergem devido um comportamento pensado na imagem que pretendem passar diante do coletivo.

140

Os agricultores familiares, muitas vezes, pecam na gestão administrativa de seus bens e no controle dos custos reais de seus investimentos, apesar de terem uma noção muito clara de que estão pagando juros ou valores indispensáveis. Um controle mais rigoroso de suas ações financeiras poderia resultar em tomadas de decisão futuras totalmente distintas da atualidade. É compreensível, dada sua ênfase total na produção e no trabalho, que essa parte não é levada à risca, seja por não ter muito domínio, em detrimento da baixa formação escolar, seja por não prenderem esforços durante um dia de trabalho totalmente laborioso. Quando tratamos da cultura do tabaco, a situação torna-se mais evidente, pois, sendo um produto altamente rentável por hectare, tal fato acomoda a família em relação à gestão dos

custos, pelo pressentimento de que a atividade sempre trará resultados positivos, partindo do pressuposto de que transcorra uma safra normal. Seja para fins de controle das finanças, seja nas técnicas agronômicas, o suporte técnico aos agricultores é essencial, como complementado nas palavras do senhor Cléber: “Para ficar hoje na roça sem faculdade, amém!”.

Nos últimos anos, a intervenção estatal na agricultura familiar tem alcançado alguns avanços significativos, mas muito aquém do esperado, como é consenso entre muitos analistas. Aliás, a disfunção das políticas do Estado não é um problema contemporâneo, ao contrário, em meados dos anos 80, por exemplo, sobre informações dos agricultores, até as cooperativas da região de estudo trataram de escamotear os recursos transpostos pelo Estado, esse último, com objetivo de intervir nos problemas peculiares que entravavam o desenvolvimento dos agricultores. O feijão-papel foi um caso típico dessa época, quando as cooperativas usaram nota fiscal de um agricultor, deram entrada do produto em seus armazéns, valor esse que era quitado pelo governo, e, no entanto, o produto não existia. O uso de oportunismo a fim de se beneficiar do sistema causou, mais tarde, trancamento de financiamentos de agricultores e complicações judiciais às cooperativas.

Caso semelhante aconteceu com o financiamento do calcário, em que os agricultores usavam o dinheiro para outras finalidades, às vezes não voltadas às atividades agrícolas, mas esse não chegou à esfera judicial. Talvez o investimento realizado tivesse como prioridade melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras, o que pode ser justificado, caso parecido do que acontece com os recursos do Pronaf. No entanto, se o dinheiro não é aplicado de maneira coerente, a disfunção do crédito pode trazer problemas de endividamento dos agricultores, acarretando complicações nos programas estatais, resultadas da inadimplência. O Proagro, criado em 1973, também foi alvo de oportunismo, quando o programa garantia até 100% do financiamento realizado ou dos recursos próprios dos agricultores, assinalados no contrato, caso a produção sofresse pelas intempéries climáticas, pragas ou doenças. Alguns utilizavam o artifício da simulação de plantio, enterrando pequenas pedras para legitimar a lavoura, visando aos agricultores vizinhos para que não suspeitassem do ato. Como a cultura não desenvolvia, os agricultores apelavam para o Proagro, beneficiando-se, a partir disso, e sendo o único prejudicado o aparelho Estatal que visava suprimir, com a intervenção, alguns riscos inerentes à atividade agrícola. Pontuamos, mediante conversas com os agricultores, esses casos esparsos que acabaram prejudicando a maioria daqueles que trabalhavam de forma coerente e

que poderiam necessitar dos programas de intervenção Estatal. Talvez esses atos, a partir da década de 70, tenham auxiliado nos problemas fiscais do Estado no final da década de 80, no Brasil.

Nesse lócus percebemos, de imediato, duas concepções relevantes, ao mesmo tempo contraditórias: a necessidade da intervenção Estatal diante das atividades agrícolas versus o oportunismo de alguns agricultores perante a sustentação de subsídios do governo. Particularmente, o caso descrito em Arroio do Tigre, aproximadamente, há três ou quatro décadas, pecou no aspecto da fiscalização, sendo esta muito precária e desprovida de técnicos capazes de atender toda uma demanda existente, principalmente em municípios pequenos, voltados para a atividade primária. Atualmente, os problemas nem de longe foram sanados, dado o discurso dos agricultores da “necessidade” de intervenção estatal sob o óbice das possíveis frustrações de safra pelos fortes problemas climáticos, atrelado às dificuldades que o mercado impõe diante da escala de produção, da incerteza de uma economia instável, dos custos de produção e logística, entre outros, bem como a fraca atuação da garantia de preços e a disponibilidade de crédito, mesmo diante do avanço das políticas de incentivos na agricultura familiar dessa última década. Talvez, diante desse cenário, a agroindústria do fumo se sobressaia, quando oferece

uma série de incentivos à produção para os agricultores, como melhor descreve Fialho (2005, p. 94): “vantagens que os agricultores não encontram em outros setores da agricultura ou por parte do governo”.

2.8 Impossibilidade de oferta regular de produtos ou escala de produção

Considerando uma agricultura de pequena escala integrada à economia, a maioria das dificuldades no ato de produzir ou no de comercializar implicará, necessariamente, em baixa entrada de recursos. Pinheiro e Carvalho (2003) elencam as principais causas do baixo rendimento: a) baixa propensão para gastar o rendimento adicional na alimentação, tendo como resultado uma modesta taxa de crescimento da procura agregada de alimentos; b) a tendência da oferta agregada crescer mais que a demanda, devido às rápidas mudanças tecnológicas; c) a falta de resposta da procura de alimentos às mudanças no preço (baixa elasticidade da procura preço); d) fraca mobilidade dos fatores de produção terra e mão de obra; e) falta de barreiras à entrada na atividade agrícola; f) competição pela terra agrícola, tanto por agricultores que querem aumentar a área da sua produção como pela inserção de novos agricultores que buscam a terra como defesa contra a inflação, o que sobrevaloriza a terra e baixa, portanto, os retornos para o trabalho e para a gestão.

Caindo na discussão econômica, em certos momentos emerge a característica inelástica, conforme Santos (2004) infere, que a oferta dos agricultores familiares é inelástica, confrontada com os grandes produtores de produtos básicos. As razões que o analista aponta são as seguintes: condições topográficas adversas, natureza do estoque de tecnologia, escassez relativa de capital, imperfeições de mercados de produtos e de insumos e condições ambientais adversas. A adaptação requerida em razão das alterações nas relações de preços fator/fator ou produto/produto, ou fator/produto é complicada de ser feita pelos agricultores familiares, pelo menos no curto prazo. Os agricultores patronais, que produzem alimentos básicos, no entanto, têm flexibilidade de ajustamento maior, o que possibilita a sua oferta ser mais elástica. A maior flexibilidade de adaptação deriva do volume de recursos que comandam, de condições topográficas mais favoráveis, da facilidade de acesso à tecnologia e de não serem tão penalizados pelas imperfeições de mercados de produtos e de insumos.

145

A ausência de oferta com regularidade de produtos ou escala de produção, principalmente, os hortifrutigranjeiros, possíveis alternativas à cultura do tabaco, é um entrave para os agricultores familiares visualizarem outra estratégia de reprodução principal. Além da constância, a inoperância de um mercado consolidado, os percalços

logísticos, a inexistência de um perfil vendedor e uma estrutura de apoio fortalecida, entre outros problemas de ordem mercadológica, imperam no momento da reprodução econômica. Senhor Evaldo, agricultor de Linha Taquaral, expressa da seguinte forma: “E o repolho, se você plantar mil pés, não vende nenhum no mercado, porque o agricultor não tem como oferecer o ano todo, é temporário. Então, os supermercados nem compram”. O giro em torno do equacionamento das aparentes dificuldades que o agricultor se depara, frente às necessidades de reprodução, aliado às possíveis exigências do mercado consumidor, fortalece a concepção que, hoje, o agricultor familiar está diante de uma dinâmica complexa que envolve a produção, busca de mercado e venda, visando aumentar o valor recebido.

146

Abramovay, importante analista da agricultura familiar, afirma que um dos maiores desafios para as famílias agricultoras se consolidarem economicamente consiste em sua capacidade de organização para a construção de mercado, e a busca de vínculos sociais no relacionamento com o consumidor (ABRAMOVAY, 1998) pode ser caracterizada como estratégia para ampliar as oportunidades sociais e econômicas para muitas pessoas, principalmente das camadas rurais mais pobres, que dependem de mercados que podem ser marcados como

um conjunto de interações sociais (ABRAMOVAY et al., 2003).

Justamente é a construção do mercado que é questionada pelas famílias, parece-nos evidente que os agricultores familiares não têm a visão autônoma de construir seu espaço para comercialização. Ao contrário, na sua concepção, o mercado já deve estar montado, estruturado e disponível para produzirem e venderem. Além do que, os agricultores parecem não entender que sua função deva ser a construção das próprias oportunidades de comércio, mas avigora, em suas falas, o ato de produzir, plantar, colher e, posteriormente, vender. As etapas a jusante da porteira não são vistas como função do agricultor, até mesmo pela intensa competição que existe entre as indústrias alimentares. Como observado nas palavras do Senhor Cléber: “Tu sabe, eu gosto da minha capacidade administrativa e da capacidade de produtividade. É comigo. E tendo um mercado seguro para as coisas, é meu orgulho”.

Frente a esse cenário, as famílias agricultoras ainda não estão suficientemente preparadas para lidar com uma inconstância de forças e fraquezas inerentes à sua atividade e sua estrutura de produção, bem como as oportunidades e ameaças das transações de seus produtos. Muito aquém disso, ainda existem famílias no meio rural que, aparentemente, há pouco tempo tiveram

acesso à luz elétrica em sua propriedade ou, talvez, um celular. A realidade não é apenas em municípios considerados menos desenvolvidos, mas oportunamente abrange um grande leque no território rural; e Arroio do Tigre, apesar de em alguns lugares já estarem instaladas antenas de captação de sinal para internet, em outros lugares apontam para a realidade citada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa experiência, os investimentos na ordem estatal e a incumbência dos órgãos ligados à agricultura e extensão rural, ainda com funções limitadas diante das dificuldades apresentadas no setor, serão cada vez mais exigidos, promulgando estratégias de rápida aplicação, breves resultados e efetivos retornos às famílias agricultoras. O acusado “imediatismo dos agricultores” é reflexo também do imediatismo da sociedade moderna, em que a informação percorre o mundo em questão de segundos, a eficiência e a eficácia parecem ser dois termos mais cobrados em função da manifestação de uma essência precursora que o capitalismo insere diante da vida social. Falar, hoje, em um agricultor desligado de vínculos sociais no mercado é incumbir que sua existência serviria, grosso modo, para ocupar parte do meio rural e não inchar os centros urbanos considerados “desenvolvidos” e com uma função extremamente voltada para a geração de riqueza através dos “importantes” serviços (como carimbos e

mais carimbos, taxas e mais taxas, e por assinaturas buscando a legitimação).

Repensando, antes de considerar as características - agricultura camponesa, agricultura empresarial ou agricultura capitalista, como Ploeg (2008) define, é necessário perceber que, diante da realidade exposta, os agricultores serão persistentes, e muito, nas estratégias que até o momento os inserem competitivamente dentro do circuito de produção. A persistência na cultura do tabaco é uma das formas encontradas para os agricultores com mínimos recursos, intensas restrições, mas muita vontade de reproduzirem, social e economicamente, pela lide na terra, de acessar também a qualidade de vida, mesmo que isso lhes custe a vulnerabilidade diante dos problemas de saúde pública, enfaticamente alertada pelos órgãos competentes e menos citados em outras culturas altamente expostas aos agrotóxicos, como no caso da soja, hortifrutigranjeiros e outras. Buscando as palavras dos agricultores que nos inferiram que não plantam o fumo porque é prazeroso, mas porque necessitam, façamos *mea culpa* antes de criticá-los, diante da sua vulnerabilidade no sistema industrial, das grandes companhias, daquelas que a sociedade como um todo está subordinada. Sem dúvida, os problemas e dificuldades passam muito além da produção e comercialização oriundas da sua atividade agrícola.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo – Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 2, 3 e v.29, n. 1, jan.-dez. 1998.

ABRAMOVAY, R.; SAES, S.; SOUZA, M. C.; MAGALHÃES, R. **Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil**. Brasília: CEPAL, 2003.

BEL FILHO, E. D.; BACHA, C. J. C. Avaliação das Mudanças na Política de Garantia de Preços Mínimos: período de 1997 a 2002. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. **Anais**. Cuiabá. SOBER, 2004. p.1-12.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Problema da Agricultura Brasileira e suas causas. **Journal of Inter-American Studies**, v. 6, n. 1, jan. 1964. p. 43-55.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre o comportamento coletivo**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2005.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

PINHEIRO, A. C. A.; CARVALHO, M. L. S. **Economia e política agrícolas**. Edições Silabo, Lisboa-Portugal. 2003.

PLOEG, J. D. W. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

REDIN, E. A fomicultura e agricultura familiar: o caso de Jaguari/RS. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 23, n. 02, jul/dez 2010, p. 99-116

REDIN, E. **Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS**. Dissertação (Mestrado). Santa Maria: PPGExR/UFSM, 2011.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SANTOS, M. L. Fatores que induzem os ajustamentos dos produtores. **Revista Política Agrícola**. a. XIII, n. 2, abr./maio/jun. 2004.

Recebido: 12/09/2012

Aprovado: 20/10/2013

